

NOVOS DOCENTES OBRIGADOS A PROVAR QUE SABEM PORTUGUÊS

Jornal Expresso de 8/12/2006

O Governo vai aprovar um decreto-lei sobre as habilitações para a docência: todos têm de ter mestrado e saber português

Os candidatos a professor vão ter um novo regime de habilitações que acaba definitivamente com a distinção entre docentes com habilitação “própria e suficiente” para o ensino. A partir de agora, todos - desde educadores de infância a professores do secundário - vão ter de possuir licenciatura e mestrado. As novas regras serão válidas já no próximo ano lectivo.

O novo decreto-lei, a que o Expresso teve acesso, adapta o esquema de habilitações para a docência ao regime de cursos superiores previsto pelo Processo de Bolonha e torna obrigatório que os candidatos a docentes cumpram as licenciaturas (três anos) e obtenham o grau de mestre (num regime de créditos que implica a frequência mínima de um ano de pós-graduação).

É durante esta segunda fase de estudos - feita em estabelecimentos de ensino superior - que fazem a profissionalização nas escolas, acompanhada por uma tutoria da responsabilidade das instituições universitárias ou do politécnico.

Nesta fase têm de demonstrar “domínio, oral e escrito, da língua portuguesa”, aspecto que o Ministério da Educação considera ser uma “dimensão comum da qualificação de todos os educadores e professores”.

Além destas normas gerais, o diploma estabelece 16 perfis diferentes de professor. De novo, surge a possibilidade de haver professores habilitados simultaneamente para educadores de infância e professores do 1º ciclo, assim como docentes do 1º e 2º ciclo. No grupo das Letras, haverá três perfis de professores: docentes de Português e de Línguas Clássicas, professores de Português e de uma língua estrangeira (sem ser o Inglês) e professores de Inglês e de uma outra língua estrangeira.



COMPUTADORES 'ENTENDEM' LÍNGUA PORTUGUESA

João Ramos | Jornal Expresso de 8/12/2006

Miguel Sales Dias lidera o grupo de investigadores da Microsoft que desenvolvem tecnologias da fala com aplicação nos países lusófonos. Graças a um grupo de investigadores portugueses, dar ordens ao PC na língua de Camões vai deixar de ser ficção já em 2007.

Dar ordens na língua portuguesa a um computador pessoal equipado com programa Outlook é uma velha aspiração que vai estar disponível no mercado em meados de 2007. Esse será o primeiro produto concreto desenvolvido pelo Centro Microsoft para o Desenvolvimento da Linguagem (MLDC), que tinha sido inaugurado em Portugal há um ano.

Para já o sistema está a ser ensaiado na subsidiária portuguesa da Microsoft, permitindo, por exemplo, que os trabalhadores da empresa façam chamadas internas através de comandos de voz. Segundo Miguel Sales Dias, director do MLDC, o português será a primeira língua não inglesa a ter operacional esta tecnologia, mas não avança com a data concreta de lançamento, por se tratar de uma questão da esfera comercial que passa pela casa-mãe nos EUA.

«O sistema reconhece o português regular, emitido por voz masculina ou feminina, que se fala na televisão, ou em Lisboa e Coimbra», refere Sales Dias, admitindo que o sistema não reconhece sotaques muito acentuados como o açoriano. E anuncia que

dentro de algumas semanas vai estar operacional a versão de português que é falada no Brasil.

“Estamos a planear uma versão de mirandês”, revela o mesmo responsável.

No futuro esta tecnologia poderá ser utilizada noutros equipamentos, como, por exemplo, no «mediacenter» (sistema de alta fidelidade e vídeo) como interface de fala com o utilizador. “Mas ainda falta limar algumas arestas”, refere Sales Dias.

Entretanto, a Microsoft assinou um contrato no montante de 178 mil euros com a Agência de Inovação (ADI), no âmbito do Programa NITEC (Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial).

O objectivo é co-financiar os custos dos projectos de I&D que o centro possui em curso e que estão planificados para os próximos dois anos.

Além do projecto de reconhecimento da fala, este apoio financeiro visa o desenvolvimento e a adaptação de software com interacção pessoa-máquina utilizando a fala em toda a gama de produtos Microsoft (sistemas servidor, cliente, de mobilidade e de entretenimento).

Dos projectos com apoio merece destaque, por exemplo, o «SpeechApps», que visa desenvolver com parceiros académicos e industriais um conjunto de aplicações demonstrativas das tecnologias de reconhecimento e síntese de fala, no contexto de interfaces pessoa-máquina multimodais.



A COMO É QUE ESTÁ O QUILO DE PALAVRAS?

Ricardo Araújo Pereira | Revista Visão, Crónica Boca do Inferno de 28/10/2006, Pág. 161

Já alguma vez, leitor, teve aquela sensação de desejar que parem de lhe perguntar se já teve determinada sensação? Suponho que não. Digamos que não é uma sensação muito frequente. Confesso que também não posso dizer que a tenha tido. Mas tenho muitas vezes a seguinte sensação: parece-me que as coisas quase nunca são tão boas como as palavras que as designam. Mais: as coisas melhoram ou pioram consoante as palavras que as designam. Dou um exemplo: um bacalhau com batatas custa cinco euros. Mas um bacalhau braseado em lascas, com batatas salteadas em azeite virgem, não se encontra por menos de dez euros e meio – embora sejam o mesmo bacalhau e as mesmas batatas. E, de facto, o segundo bacalhau sabe melhor. Os profissionais da restauração, linguistas subtis, descobriram o truque, e é por isso que as refeições estão cada vez mais caras.

O contrário também acontece. Vejam como são as coisas: há dias, encontrava-me a bordo de um carro com motorista. O veículo tinha um taxímetro e uma placa luminosa com a palavra «táxi» no tejadilho, pelo que andei vários minutos convencido de que estava num táxi. Enfim, precipitações. Só dei pelo erro quando o motorista me disse: «Faz hoje dez anos que tenho o ‘táxe’.» Já tinha ouvido falar em taxistas que enganam as pessoas, mas isto era demais. Levar uma

Com o sexo sucede o mesmo ou pior. O modo como designamos o sexo pode fazer com que percamos o interesse nele. Não a mim, que sempre fui um rapaz muito interessado, mas à generalidade das pessoas. E, na verdade, como chamar àquilo? «Fazer sexo»? Bizarro e, até, gramaticalmente duvidoso. O sexo não se faz. «Fazer amor»? Ui, que piroso. «Praticar sexo»? Parece que estamos a falar de uma modalidade desportiva (o que faz desta, até agora, a expressão menos má, pela sugestão implícita de treino intenso e busca da perfeição). «Fornicar»? É particularmente estranho, por ser um verbo de ressonância bíblica que, no entanto, contém o germen da obscenidade (o que faz com que ultrapasse, em qualidade, a expressão anterior). É como vos dizia no início: a maneira de designar a realidade, às vezes, parece que coiso. Daí a necessidade de nos sabermos exprimir bem.



Um bacalhau com batatas custa cinco euros. Mas um bacalhau braseado em lascas com batatas salteadas em azeite virgem, não se encontra por menos de dez euros e meio – embora sejam o mesmo bacalhau e as mesmas batatas. E, de facto, o segundo bacalhau sabe melhor

peessoa a acreditar que apanhou um táxi e depois, a meio caminho, informá-la assim, sem preparação nem cuidado, de que está dentro de um «táxe», pareceu-me cruel. Que diriam as pessoas que me esperavam para um encontro de extrema importância quando me vissem chegar num «táxe»? Continuariam a querer jogar à bola comigo ou cancelariam a partida?



A EUROPA SOB O SIGNO DE BABEL

António Guerreiro | Jornal Expresso, Revista Actual

Numa conferência internacional sobre «Língua e Poder», organizada pelo Goethe-Institut, discutiram-se problemas de política da língua na Europa

A tão celebrada diversidade linguística da Europa é um motivo maior da sua riqueza cultural. Mas o plurilinguismo é uma questão difícil de gerir politicamente e responsável pelas mais exacerbadas reivindicações, quer se trate da relação entre Estados com línguas diferentes (aos actuais 25 Estados membros da União Europeia correspondem 20 línguas oficiais), quer da relação entre comunidades linguísticas dentro do mesmo Estado. O ideal da tradução nascido na Alemanha clássica e romântica (Goethe, Humboldt e Holderlin são responsáveis por uma teoria especulativa da tradução) está inscrito na cultura moderna, Mas de pouco serve invocar tão elevada tradição quando passamos para o plano pragmático das relações, trocas, hierarquias, domínios, gestão política e administrativa desta Babel. Saberá o cidadão europeu que a documentação oficial produzida num ano pelas instituições da UE pode chegar quase ao

milhão e meio de páginas traduzidas? Este número foi fornecido por Vasco Graça Moura - ao falar dos problemas e contingências da tarefa realizada por um autêntico exército de tradutores - na Conferência Internacional sobre «Língua e Poder» que teve lugar no Centro Cultural de Belém a 9 de Novembro, organizado pelo Goethe-Institut. O título, «Língua e Poder», pode fazer pensar nas enormes discussões teóricas de outros tempos sobre se a língua é ou não uma superestrutura e como é que serve de instrumento

de domínio. A relação entre língua e poder, entendida deste ponto de vista, traz à memória uma célebre frase de Roland Barthes que foi objecto das mais variadas glosas e refutações: «A língua (...) não é reaccionária nem progressista; ela é, muito simplesmente, fascista; porque o fascismo não consiste em impedir de dizer, mas em obrigar a dizer».

Mas não foi propriamente destas questões ideológicas (embora a elas se aludisse frequentemente)



que tratou a conferência; foi de problemas e estratégias de política da língua em diversos países europeus. Porque, com maior ou menor incidência, a língua tornou-se um objecto de cálculos e decisões políticas, quer em termos de uma política educativa, onde a língua materna assume especial importância, quer em termos da promoção e protecção da língua ou línguas nacionais. Os participantes falaram das «estratégias linguísticas» dos seus países. O leque foi variado: da França, que oferece um exemplo extremo de

centralismo linguístico e de estabelecimento de uma política de protecção da língua, à Alemanha, onde não há organismos do Estado nem Academias para se ocuparem das questões da língua. E ouvimos também representantes de países como a Espanha, a Suíça e o Luxemburgo que têm várias línguas oficiais. Para falar das «estratégias linguísticas» em Portugal esteve presente Inês Duarte, catedrática do Departamento de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa. No início da sua comunicação, que incidiu sobretudo sobre a necessidade de políticas linguísticas que tenham em conta o crescimento do número de alunos e cidadãos cuja língua materna não é o português, Inês Duarte também forneceu números: há hoje umas 6912 línguas vivas (e muitas são as línguas que morreram ou estão em vias de extinção); o Português é falado por cerca de 3% da população da UE, tendo a nível mundial cerca de 200 milhões de falantes (é a 6ª ou 7ª língua mais falada do mundo).

Na Europa das línguas, o valor do plurilinguismo está reconhecido e tornou-se objecto de indicação consagrado pelo Quadro Comum de referência para as línguas. Em matéria de ensino, o chamado Princípio de Barcelona

visa fornecer a todos o domínio da língua materna mais duas línguas estrangeiras. E é aqui que as coisas se começam a complicar, porque o Inglês se tornou hegemónico e tende a aparecer, por todo o lado, como quase a única língua depois da materna (ou seja, a variedade está consagrada, mas na prática é difícil de realizar). Este cenário é responsável por uma verdadeira «guerra das línguas» que dá a ver esta situação paradoxal, a que alguns conferencistas aludiram: o ideal do multilinguismo segue a par de violentas lutas de poder entre línguas (quando se passa no interior de um Estado, a luta tem a dimensão de uma guerra civil). De resto, não é por acaso que os conferencistas apresentaram as «estratégias linguísticas» dos seus países. «Estratégia» é uma

palavra do vocabulário da guerra. Mas a guerra das línguas, quando não se torna objecto de manipulação político identitária e desviada para outros fins, é uma espécie de estado natural que não contradiz o ideal do multilinguismo. Multilinguismo nunca significou «paz perpétua».

O problema é o de uma ecologia das línguas, ameaçada pelo monopólio absoluto do Inglês em todos os sectores. Por exemplo: a actividade editorial nos países da Europa, e não só, é hoje alimentada por uma percentagem de livros traduzidos da língua inglesa que suplanta todas as outras línguas juntas. Mas o Inglês que circula à escala global é um Inglês empobrecido, mera língua funcional. E isto, disse o representante britânico nesta conferência sobre «Língua e Poder» coloca problemas diferentes dos que

se colocam noutros países europeus: um deles é o da pouca disponibilidade para aprender línguas estrangeiras por parte daqueles cuja língua materna é a língua que se universalizou.

Há muito que os franceses declaram uma espécie de estado de emergência - ou de crise - para o Francês, adoptando por isso medidas de protecção

especiais. Também na Alemanha a permeabilidade ao Inglês já começou a ser encarada com alguma preocupação, à qual se juntou outro factor: o péssimo resultado que os alunos alemães alcançaram nas provas oficiais que medem o grau de literacia. As questões da política da língua cruzam-se, aqui, com outra questão: a dos problemas do ensino, a chamada «crise das Humanidades». Na versão francesa, a questão é formulada mais ou menos assim: a instituição escolar deixou de ser garantia de transmissão da língua dita clássica. A política da língua, como se percebeu nas várias intervenções, passa, antes de mais, por uma política do ensino da língua materna.



VIVER EM DIVERSIDADE

Maria Helena Mira Mateus* | Jornal Expresso de 8/12/2006

Nem todos sabemos os problemas que existem para as crianças cuja língua materna não é o português e para os professores encarregues de as ensinar

Todos sabemos que a imigração em Portugal tem aumentado recentemente no número de imigrantes e nas suas diversas proveniências. Sabemos que a escola portuguesa reflecte a entrada no país desses milhares de imigrantes.

Mas nem todos sabemos os problemas que existem para as crianças cuja língua materna não é o português e para os professores que estão encarregues de as ensinar. Essa é uma questão discutida hoje nos países da UE.

Um inquérito feito em 410 escolas de Lisboa leu-nos a surpreendente informação de que os alunos do 1º e 2º ciclos falavam em casa 58 línguas, e 37 na escola. Esses alunos provêm de 75 países e falam diferentes crioulos (Cabo Verde, Guiné e S. Tomé), hindi e guzerate (línguas da Índia), mandarim, russo, ucraniano e moldavo, urdo, árabe e albanês, francês, inglês e italiano e tantas mais línguas. Se muitos alunos chegam à escola conhecendo o português, outros não têm qualquer forma de comunicação ou porque acabaram de chegar ao país ou porque a sua comunidade usa outra língua no dia-a-dia. Esta situação que abrange crianças de 5 anos ou de 7, 10 ou 12 anos, pode trazer angústia e levar a um isolamento.

O problema preocupa os países de imigração e tem levado à produção de documentos internacionais como o Relatório do Parlamento Europeu sobre a integração dos imigrantes na Europa, através de escolas e de um ensino multilingue (Setembro 2005).

Portugal também tem que enfrentar este desafio. Até 1999, quando se deu o reconhecimento oficial do mirandês como uma língua diferente do português, o país considerava-se monolingue. Mas já então existiam em Portugal comunidades que falavam outras línguas, sobretudo os crioulos, embora poucos se preocupassem com a preparação dos professores para acompanhar os alunos que falavam essas línguas.

Hoje as perspectivas são diferentes. É impossível não reconhecer a diversidade cultural e linguística presente em todo o país, embora a convivência entre

as várias comunidades seja muitas vezes dificultada pela existência de grupos fechados e, por vezes, discriminados. Porém, os professores que têm de ensinar os meninos provindos dessas comunidades não podem desconhecê-los. O esforço que tem sido feito nas escolas para os integrar é de muito mérito e começa a ser reconhecido e acompanhado.

Existem basicamente dois modelos de integração escolar: monolingues e bilingues ou multilingues (além de formas intermédias de apoio aos alunos). Nos monolingues a língua de comunicação na escola é a do país de acolhimento. Nos bilingues ou multilingues toma-se em consideração a existência de um número significativo de crianças com outra(s) língua(s) materna(s) e organizam-se turmas com professores da língua do país e da língua do grupo de imigração. À semelhança da Alemanha ou da Espanha, têm surgido em Portugal projectos de apoio a alunos com outras línguas maternas e, nessa área, têm sido publicados pelo Ministério da Educação documentos orientadores. Espera-se, agora, a concretização das determinações incluídas nesses documentos.

Será fundamental que as crianças encontrem na escola um espaço para a sua língua materna? Sem dúvida, visto estar provado que o uso da língua materna na escola é crucial para o desenvolvimento cognitivo da criança sobretudo nos primeiros anos de escolaridade. Uma criança bilingue tem probabilidades acrescidas de atingir um nível superior de desenvolvimento intelectual. Assim, propõe-se hoje, em resoluções do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, a criação de redes de escolas multilingues por se considerar que elas contribuem para o sucesso escolar e social dos alunos que não têm como materna a língua dos países de acolhimento. Portugal precisa urgentemente de criar as estruturas necessárias para a integração adequada dos seus alunos em contexto multilingue.

**Professora da FLUL e presidente do ILTEC*

AS LÍNGUAS MAIS DESEJADAS

Maribela Freitas | Jornal Expresso, Caderno Emprego de 1/7/2006, pág. 2

Inglês, espanhol e francês são os idiomas com mais procura no mercado de trabalho

Saber idiomas, a par com uma experiência profissional relevante, pode ser um factor diferenciador para quem se candidata a um emprego. Daí que o investimento na aprendizagem linguística não seja de negligenciar. De acordo com as empresas de recrutamento, o inglês, espanhol e francês são as línguas estrangeiras que têm mais procura no mercado de trabalho nacional.

Manuel Arroja, director-executivo da empresa de recrutamento Michael Page International Portugal, explica porque mantém estes idiomas a preferência das empresas. **«O inglês é uma língua que se pode considerar universal. O espanhol devido à iberização do mercado é cada vez mais solicitado como segunda língua. As empresas, muitas**

delas têm neste momento a sua sede ibérica em Espanha onde não só estão os directores gerais, como também algumas áreas de suporte».

No futuro, o responsável considera que continuarão a ser estas as línguas mais importantes. Contudo, aponta que o chinês poderá ser uma mais-valia profissional para quem tiver conhecimentos nesta área. Estes idiomas são solicitados ao nível dos quadros médios e altos e os conhecimentos necessários são sempre falados e escritos. Para Manuel Arroja e no que respeita ao posicionamento de um candidato no mercado laboral **«o domínio destas línguas, pode ser uma mais-valia quando adicionado a uma boa experiência profissional».**

De acordo com a sua observação do mercado,

Rita Monteiro, assistente de qualidade e selecção da direcção de zona norte da Adecco, concorda que o inglês continua a ser a língua mais requisitada. **«O francês e espanhol vêm logo de seguida, sendo que os conhecimentos exigidos nestas duas línguas são em menor grau»**, frisa. Mas, tendo em conta que têm aumentado as solicitações de espanhol, Rita Monteiro acredita que **«no futuro irá ocorrer um aumento na exigência de conhecimentos desta língua».**

Mas será que os portugueses estão conscientes da necessidade de saber idiomas? Rita Monteiro afirma que **«não existe uma verdadeira consciência da importância do domínio destas línguas. O que se verifica é que as pessoas dão relativa importância à aprendizagem de uma língua estrangeira, mas ficam-se pelo conhecimento razoável da mesma, o que por si só não é suficiente num mercado de trabalho que é cada vez mais exigente neste domínio»**, refere. Actualmente é impensável não dominar pelo menos um idioma, sobretudo o inglês.



APRENDIZAGEM INTENSIVA

Cátia Mateus | Jornal Expresso, Caderno Emprego de 1/7/2006, pág. 9

O Verão pode ser a altura ideal para aprender novos idiomas

O calor não é amigo da concentração e nem sempre é fácil abdicar das tardes de praia a favor do conhecimento. Mas há quem aproveite os tradicionais meses de férias para aprender uma nova língua ou aperfeiçoar as que já conhece. Perante a procura de cursos intensivos registada nos últimos anos, quase todas as escolas de línguas organizam programas formativos durante os meses de Verão. O grande trunfo desta aprendizagem intensiva, dizem os responsáveis, é em pouco tempo dotar os alunos das ferramentas necessárias à compreensão e comunicação em determinada língua.

O interesse dos portugueses pela aprendizagem do espanhol tem vindo a crescer nos últimos anos. Fruto das novas exigências empresariais, este idioma tem suscitado a curiosidade dos portugueses que procuram o Instituto Cervantes para um conhecimento mais profissional do idioma. No ano lectivo de 2004/2005, o instituto registou 2232 matrículas, 131 das quais para os cursos intensivos que a instituição promove nos meses de Verão.

Inês Figueira, responsável pelas relações externas no Instituto Cervantes, adianta que para este ano ainda não é conhecido o número de alunos inscritos já que as matrículas para os cursos de Verão ainda estão em curso. Todavia, a responsável refere que **«os alunos destes cursos são sobretudo estudantes que têm disponibilidade para dispensar três horas diárias para aprender espanhol, nesta época do ano»**.

Para Inês Figueira não é possível fazer uma comparação entre estes cursos e

os programas gerais de aprendizagem deste idioma. Isto porque **«os cursos intensivos não oferecem o mesmo número de horas de treino»**. Talvez por isso esta formação seja direccionada aos que procuram um primeiro contacto com a língua ou relembrar o que já sabem dela. Tal como em quase todos os cursos intensivos, aqui as aulas decorrem diariamente com uma duração de três horas.

Além deste instituto, outros há com programas de Verão pensados para quem quer aprender novos idiomas. O Goethe Institut Portugal ajuda os seus alunos a familiarizarem-se com o alemão através dos vários cursos que realiza em Julho e Setembro. Aqui os cursos têm uma duração de três semanas ou um mês, consoante a preferência dos alunos e o seu custo é 360 euros. Segundo Cristina Cunha, secretária de cursos do Goethe Institut, **«estas formações direccionam-se a principiantes ou a alunos que já tenham conhecimento da língua alemã»**. A instituição aceita alunos a partir dos 14 anos.

A diversidade marca também o público da Alliance Française. Isabel Magalhães, responsável da Alliance Française de Coimbra, explica que os cursos intensivos **«são procurados por jovens que vão iniciar a aprendizagem da língua francesa no ensino oficial, mas também por crianças que têm pouca disponibilidade de horário para fazerem o curso durante o ano lectivo»**. Os adultos são também adeptos destes cursos. Regra geral, explica, **«são jovens que entram no mercado de trabalho e aperceberam-**

se de que necessitavam da língua francesa e os conhecimentos que tinham eram insuficientes, mas também temos muitos estudantes universitários que pretendem ir para França com o programa Erasmus em Setembro».

Na Cambridge School, o método é semelhante. Esta instituição disponibiliza não só cursos de inglês, mas também francês, alemão e português para estrangeiros. Richard Nicolas, director-geral de estudos desta escola, admite que **«estes cursos têm imensa procura, sobretudo por pessoas que de outra forma não teriam disponibilidade para frequentá-los»**. O responsável acredita que **«a formação intensiva tem vantagens pedagógicas dado que os alunos conseguem ver resultados mais práticos e rápidos»**. Razão pela qual considera que **«são ideais para quem quer relembrar ou reavivar o conhecimento de uma língua»**. Um curso de Verão na Cambridge School custa 432 euros e a escola disponibiliza formação em sete níveis distintos.

E se o que procura é aprender uma língua menos usual, saiba que também o pode fazer no Verão. O Centro Europeu de Línguas (CEL) disponibiliza cursos de Verão em todas as línguas, desde o inglês ao russo, por preços que variam entre os 160 euros (para 24 aulas) e 220 euros (para 40 aulas). Sandra Costa, responsável do CEL, adianta que o inglês continua a ser o idioma mais procurado e que a meta dos alunos é quase sempre o aperfeiçoamento profissional.

O MILAGRE DA PRÁTICA

Fernanda Pedro | Jornal Expresso, Caderno Emprego de 1/7/2006, Pág. 10 e 11

São muitos os portugueses que juntam o útil ao agradável e decidem embarcar na aventura de aprender línguas, praticando. As escolas de idiomas e as agências de viagens já descobriram este nicho de mercado

Aprender e dominar um ou vários idiomas é hoje uma das prioridades para muitos jovens. É crescente a consciência da importância desta ferramenta quer no meio académico quer num mercado de trabalho cada vez mais global e competitivo. Muitos apostam na aprendizagem dentro de portas, mas há os que optam por trocar Portugal pelo estrangeiro para aprenderem o idioma local. E apesar desta solução não ser acessível a todas as bolsas, o certo é que a procura de formação além-fronteiras tem crescido nos últimos anos, sobretudo em tempo de férias.

São várias as escolas que têm apostado nos cursos de Verão no estrangeiro, sobretudo na área das línguas. Ângela Pereira, gestora de produto da EF – Centros Internacionais de Idiomas, refere que a aprendizagem de uma língua no país de origem é muito mais do que conhecer um novo idioma, «**é uma imersão completa na própria cultura, o que ajuda a dominar a língua**».

A EF tem cursos durante todo o ano, para as várias idades, mas é essencialmente no período de Verão que estes têm mais procura, especialmente por parte das faixas etárias mais baixas. «**São sobretudo jovens entre os 10 e os 25 anos que frequentam os nossos cursos**», diz Ângela Pereira. Além dos alunos que se encontram de férias, «**temos muitos jovens que terminam o**

12º ano e pretendem aperfeiçoar um idioma antes de entrarem no mercado de trabalho, bem como desempregados que procuram enriquecer o seu currículo».

A responsável adianta mesmo que muitos são atraídos pelos estágios que a escola oferece. A procura tem sido crescente e Ângela Pereira revela que, por ano, recebem cerca de 1000 alunos. O destino mais procurado pelos estudantes portugueses é Inglaterra. Marco Pinto Barreiros, responsável pela formação da International House Lisbon, refere que a maioria dos alunos da escola escolhem o Reino Unido para os cursos de Verão.

O responsável reconhece que o mercado português é conservador, mas actualmente é cada vez maior a adesão a estes programas. «**É do conhecimento geral que a aprendizagem de uma língua no país de origem é mais eficiente. Além disso, têm a oportunidade de se relacionar com outras pessoas de outros países**», explica. Foi com este espírito de intercâmbio cultural que surgiu a AFS - Intercultura Portugal. Segundo André Oliveira, assistente de programas da AFS, a própria integração num país estrangeiro e a troca de experiências com outros alunos de outros países resulta numa «**aprendizagem enriquecedora para qualquer jovem**».

Apesar da associação proporcionar cursos durante todo o ano,

é no Verão que funcionam mais os cursos de curta duração. Na AFS, o destino mais procurado são os Estados Unidos da América. Os cursos de Verão para todas estas escolas têm em geral uma duração de duas semanas e rondam os 1500 euros, que incluem o curso, a estada e as refeições. Verificando que existia procura para este segmento de mercado, as agências de viagens aderiram também aos cursos de línguas no estrangeiro.

O Ciling – Centro Internacional de Línguas, que pertence à agência de viagens Transalpino, há mais de 10 anos que oferece este programa. Rita Delgado, responsável pelos cursos da Ciling, revela que só em 2005 frequentaram os cursos de Verão mais de 280 alunos. O perfil dos alunos e as razões que os levam a estudar além-fronteiras já foram referidas. Diz-nos Rita Delgado: «**Para os jovens que frequentam um curso fora do seu país, estas experiências são quase sempre inesquecíveis. Além da formação que recebem, conseguem fazer umas férias diferentes das habituais**».

Também a agência de viagens Abreu aderiu a este serviço através da Abreu Jovem. «**Os próprios pais procuravam este serviço. Eles são os principais entusiastas destes programas**», explica Marco António, responsável pela comunicação das

viagens Abreu. «Descobrimos que era uma área a explorar e, quando fomos contactados pela Education Search para uma parceria, considerámos que seria uma conjugação perfeita», esclarece.

A CAMINHO DO ESTRANGEIRO

São muitas as escolas e associações que promovem cursos de línguas intensivos no estrangeiro. Não sendo possível apresentar uma lista exaustiva de todas, eis alguns sítios onde é possível encontrar oferta nesta área:

1. www.intercultura-afs.pt
2. www.jovem.abreu.pt
3. www.viagenstagus.pt
4. www.ef.com
5. www.ihlisbon.com
6. www.diplomatatours.pt
7. www.seelearningcenter.pt
8. www.ciling.pt

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO 'FRANCOFONÊS' EM VEZ DE FRANCÊS

Alphonse Mbuyamba Kankolongo, Le Potentiel (excertos), Kinshasa | Courrier International de 27/10/2006, Pág. 31

No continente africano, o uso do francês clássico está a regredir. É tempo de os professores ensinarem às crianças o francês de África. Nos países francófonos da África Central, como nos da África Ocidental, a constatação é óbvia. Enquanto idioma de aprendizagem e disciplina, o francês perde muito terreno.

Na origem deste recuo da língua francesa encontramos uma longa lista de razões. Entre elas, a degradação do sistema educativo e o casamento falhado entre o francês e as realidades locais. É que a língua é copiosamente maltratada nas escolas e na vida quotidiana.

Em certos Estados, a situação chega a ser alarmante. Só 15 a 20 por cento dos gaboneses sabem falar ou escrever o francês-padrão, com respeito pelas regras gramaticais, fonéticas, etc., afirmam alguns especialistas.

O quadro é, portanto, negro. A deterioração do sistema educativo

francófono, que há vários anos se debate com sérias dificuldades, dificulta, à partida, o ensino e a aprendizagem do idioma francês no continente.

Em muitos países da África francófona, os professores de francês têm uma formação muito má. Ainda mais grave, são inúmeros os que não sabem falar correctamente a língua de Moliere. Se o próprio docente não souber ler nem escrever em francês, como poderá ele ensinar este idioma aos alunos? É a pergunta feita por certos linguistas desgostosos. Existe, pois, um problema sério de formação de formadores nestes países.

CRISE ECONÓMICA EXPLICA DIFICULDADES

Outra explicação para as deficiências dos sistemas educativos são as crises económicas e financeiras que assolam os países africanos francófonos. A maioria destes Estados estão esmagados

por enormes dívidas desde há pouco mais de 30 anos.

A política de austeridade que os governos se vêem forçados a aplicar tem, infelizmente, consequências nefastas para a escola. Já não se constroem salas de aula, embora a população continue a aumentar. Resultado: efectivos pletóricos. Na República Democrática do Congo, por exemplo, uma turma da primária ou do secundário engloba 100 a 150 alunos, em média.

Nas salas de aula, são muitos os alunos que ouvem a lição de pé, porque não há bancos. E bastantes professores leccionam sem manuais escolares. Também se nota uma certa desmotivação entre os docentes. Esta tem origem, principalmente, na quebra significativa que sofreram os seus salários. Por toda a África francófona, os professores afirmam estar na miséria. Como pretender que pessoas tão maltratadas possam dar o seu melhor?

Alguns linguistas não têm dúvidas em associar a regressão da língua francesa ao facto de o seu ensino não estar sintonizado com a realidade dos países africanos. O francês parece distante dessa realidade. Além disso, os manuais

para aprender francês não incluem as características do francês de África.

Deveremos continuar a ensinar o francês-padrão na África francófona, quando, no dia-a-dia, as normas desse idioma são desrespeitadas ou ignoradas

por mais de 70 por cento dos falantes? Não será importante conceber novos manuais que tenham em conta, de uma forma ainda por determinar, aquilo a que o escritor camaronês Pabé Mongo chama o «francofonês»?

LÍNGUA E PODER

José Eduardo Aqualusa | Revista Pública, Crónica Fronteiras Perdidas de 24/09/2006, Pág. 4

Foi apenas um breve parágrafo num longo (e raro) discurso sobre política cultural – mas creio que ficará na História. É uma pena que em Portugal ninguém tenha reparado nele. Refiro-me ao texto que o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, leu no passado dia 11 de Setembro, em Luanda, na abertura do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional.

Cito: “Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola. Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes Línguas Africanas de Angola, até aqui designadas de “línguas nacionais”, talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras”.

Mesmo de forma tímida – aquele assustado “tendencialmente” - o facto é que, pela primeira vez, um dirigente angolano reconheceu o carácter nacional da variante angolana da língua portuguesa; foi mesmo além, ao sugerir que o português deveria ser reconhecido como a única língua verdadeiramente nacional de Angola.

O tema, diga-se, é espinhoso. Em privado, muitos altos dirigentes angolanos, assim como um grande número de

intelectuais próximos do poder, vêm, há anos, a defender posições semelhantes. Nunca, porém, se atreveram a publicitar tais opiniões. Após o discurso de José Eduardo dos Santos será interessante saber como reagirá a corrente conservadora, de matriz rural, no seio do seu próprio partido. Quanto à oposição, não me parece difícil adivinhar as reacções: há anos que os pequenos partidos do norte, tradicionalmente antilusófonos, se esforçam por apresentar José Eduardo dos Santos como um falso africano. No principal partido da oposição, também ele conservador, largamente antilusófono e de matriz rural, a linguagem pode ser (e, infelizmente, nem sempre é) um pouco mais sofisticada, mas, em substância, pouco difere.

Não obstante todas estas eventuais vozes contrárias, José Eduardo dos Santos rema claramente a favor da História. Não é crível que quem quer que seja consiga travar a extraordinária expansão da língua portuguesa em Angola. Falada por uma pequena minoria de angolanos, enquanto idioma materna, antes da independência, o português enraizou-se depois disso, sendo hoje dominante na capital, cidade com mais de três milhões de habitantes, bem como nas principais urbes do país.

Não ocorreu no continente africano, tanto quanto sei, nada semelhante: uma língua europeia, instrumento de dominação colonial, que se fez africana.

O bom domínio do português revela-se cada vez mais importante

para a ascensão política e social. Seria interessante, a propósito, comparar a qualidade do português no discurso dos políticos, hoje e há trinta anos. Apesar da extrema fragilidade do sistema de ensino, a qualidade do português falado em Angola melhorou consideravelmente, desde a independência, inclusive nos meios rurais.

O sucesso da língua portuguesa pode ser medido por um divertido paradoxo: é em português que o português é atacado. Mais: mesmo quem se opõe ao português esforça-se por o falar com elegância, sob pena de ser humilhado na praça pública.

Como recorda o linguista brasileiro Marcos Bagno num interessantíssimo ensaio, “A Norma Oculta - Língua & Poder na Sociedade Brasileira” (Parábola Editorial, 2003), “o último baluarte da discriminação social explícita continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua”. Bagno, curiosamente, escreveu o referido ensaio com o objectivo “de desvendar o jogo ideológico por trás da defesa de um conjunto padronizado de regras linguísticas”. Traduza-se: o linguista pretendeu socorrer o presidente Lula da Silva, atacado por uma boa parte da intelectualidade brasileira, que o acusa de não dominar o idioma português.

É uma outra discussão - e é a mesma. Lula representa, afinal, o triunfo desse mesmo mundo rural que, em Angola, perdeu a guerra e o poder.

TRANSFRONTEIRA

Inês Pedrosa | Jornal Expresso, Revista Única, Crónica Feminina de 11/11/2006, pág. 22

SABIAM ustedes que, só na Extremadura espanhola, há nove mil alunos de Português? Na sétima edição do Ágora-Debate Peninsular, realizada no fim do passado mês de Outubro na belíssima cidade espanhola de Cáceres, confirmei o que havia descoberto há um ano em Mérida, na edição anterior deste debate: já é possível falar-se português em palestras organizadas em terras de Espanha – e ser-se perfeitamente entendido. O lusitano tradicional chegava a Espanha e disparava um portunhol orgulhoso, cheio de dislates. Foram só sessenta os anos antigos em que fizemos vénia ao Rei de Espanha, mas o vício e o veneno da servidão instalam-se como uma doença crónica. Caímos nos braços de Espanha, em 1580, mais como órfãos de um rei louco do que como terra conquistada, o que é uma humilhação suplementar. Por mais meças favoráveis que consigamos arrancar aos Descobrimientos e ao pioneirismo democrático da Revolução de Abril, a verdade é que, de cada vez que comparamos índices de crescimento, cai-nos a alma aos pés, num gemido cavo que não chega a ser um tilintar de euros – ao fim do mês, não há português que não sonhe transformar o recibo de salário numa «hoja de pago», e ser, pelo menos financeiramente, espanhol.

Gostamos de fazer troça da suposta incapacidade dos espanhóis (à excepção dos galegos, obviamente) para as línguas em geral e para o português em particular. Omitimos a verdadeira causa do nosso autoproclamado ouvido para as línguas: ainda e sempre, a pobreza – a pobreza que nos tornou um povo de emigrantes, a pobreza que nos habituou às lendas sobre os filmes, no cinema e na televisão. O que prova que nem sempre o dinheiro traz ilustração e cosmopolitismo – o direito às vozes originais dos filmes estrangeiros é à nossa vetustíssima crise que o devemos. Língua de trapos, dizemos do castelhano – e fechamo-nos, vogal a vogal, metralhando-os de frases cerradas, rapidíssimas, impossíveis de penetrar. O português de Portugal arma-se em fortaleza fronteiriça diante do espanhol. Dá-nos raiva que eles atravessem

o mundo com uma língua parecida, mas mais ruidosa, mais alegre – uma língua bruta e escorreita, que não se perde nos saíotes das mercês de doutores e engenheiros em que a nossa se enreda. É tudo a eito, um mundo franco onde o calão não é mais do que a pontuação natural da força anímica das almas, onde o tu salta espontaneamente e o Dom não se demora nas injustiças de sangue, porque se aplica a todo o ser que se distinga pela sua excelência. A personalidade falante de uma língua, a forma como ondula na boca e como se expõe ao mundo, diz muito do povo que a fala. Basta pensarmos nas diferenças abissais – de tom e de modo – entre o português do Brasil e o português de Portugal. Ouve-se, e percebe-se o sentido íntimo da História de cada um.

Chegou o tempo de baixar esta antiquíssima ponte levadiça entre o português e o castelhano, que tantos equívocos tem causado. É esse o objectivo destes Debates Peninsulares que se iniciaram com o novo Milénio, por iniciativa do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças da Junta de Extremadura. Marcando os vinte anos da entrada dos dois países

na Comunidade Europeia, o Debate Peninsular arrancou, desta vez, com esses dois nomes fundamentais na construção da democracia

na Europa que são Felipe González e, sobretudo, Mário Soares. O debate estendeu-se da política à cultura, das novas tecnologias aos direitos humanos – como os direitos dos homossexuais, capítulo em que Espanha, como de costume e para nossa vergonha, caminha vinte ou trinta anos à frente de Portugal.

Diz-se que o amor melhora com o conhecimento – mas a partir de um certo grau de familiaridade tende a desmoronar-se. Somos surdos diante da nossa própria língua; também por isso necessitamos de uma outra língua, onde os ruídos da nossa esfarrapada intimidade se esclareçam. Miguel Serras Pereira (coordenador, com Angel Campos Pámpano, do seminário sobre tradução incluído nestes Encontros) disse às tantas: «Gosto dos meus amigos, mas gosto mais ainda da

**Somos surdos diante
da nossa própria língua**

verdade». Não é vulgar nem portuguesa esta frase, mas o Miguel Serras Pereira é sobretudo um poeta, um prático do rigor, um iluminador de palavras, ou seja, um excelentíssimo tradutor. Encontraram-se ali quase todos os melhores tradutores de Portugal para Espanha, e vice-versa. Não são muitos – e é já tempo que os editores os distingam e acarinhem, e deixem de os confundir com os outros, os trituradores de palavras e sentidos. José Bento foi premiado pela excelência do seu imenso labor em prol da literatura espanhola, e disse: «Nas traduções que fiz, eu fui o que mais me

traduzi». A verdade torna-se mais nítida através do crivo de uma distância acolhedora. Numa pequena casa de família, como é Portugal, rapidamente se substituem as verdades pelas quezílias, tropeça-se numa mesa, estilhaça-se a cristaleira. A Península Ibérica é uma casa de família alargada onde cada um tem espaço para ser simultaneamente íntimo e distante – e, sobretudo, encontrar essa centelha de estranheza que faz o brilho e a verdade do amor. Ou da identidade, que é a mesma coisa.

LÍNGUA ESPANHOLA EQUIVALE A 15 POR CENTO DO PIB

Nuno Ribeiro, Madrid | Jornal Público de 09/12/2006, Pág. 28

ESTUDO ACADÉMICO

O desafio é promover a língua para além das formas tradicionais, aliando a expansão económica à aprendizagem da língua

A Espanha anda às voltas com o idioma. Em congressos, em Montevideu, no Uruguai, e no Mosteiro de Yuso, em San Millán de la Cogolla, Rioja, norte de Espanha, foi agora feito o balanço ao estado da língua e perspectivados os desafios do futuro. Com sugestões ambiciosas e um ponto de partida: o valor económico do espanhol equivale a 15 por cento do produto interno bruto (PIE) de Espanha.

“Uma língua tem importância económica, se a têm as economias dos países que a falam”, diz Rogélio Velasco, catedrático da Universidade de Granada. Uma reflexão que parece óbvia, mas que os congressistas de Montevideu elevaram a chave do problema.

A Espanha, entre as dez economias mais prósperas do mundo, não tem um idioma ao nível da sua riqueza material. Isto, apesar de o espanhol ser falado por mais de 400 milhões de pessoas e, segundo Angel Martin Municio, académico e investigador do Real Instituto Elcano, a soma de todas as actividades relacionadas com a língua equivaler a 15 por cento do PIE. Este é um valor idêntico à contribuição do turismo, a primeira indústria espanhola, para a riqueza do país.

Os parâmetros utilizados por Martin Municio não

suscitam unanimidade. Contudo, são irrefutáveis alguns dados estatísticos. Em 2004, o volume anual de negócios das indústrias culturais espanholas rondou os 32 mil milhões de euros, empregando meio milhão de pessoas.

Do mesmo modo, o ensino do espanhol como língua estrangeira tem adesão acrescida, como revela a facturação deste sector: entre 180 a 250 milhões de euros por ano.

Também não merece contestação que a indústria editorial espanhola é a quinta do mundo, depois da dos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e China. Anualmente são produzidos em Espanha 350 milhões de livros, correspondentes a 120 mil títulos. As exportações vão, em primeiro lugar, para os países da União Europeia - 61 por cento -, depois os mercados naturais da América Latina, 27 por cento, e os Estados Unidos recebem cinco por cento.

Os Estados Unidos, onde vivem legalmente 42,7 milhões de hispânicos, ou seja, 14 por cento da população, apresentam o grande desafio. Actualmente, 43 por cento da população do estado americano do Novo México é de origem hispânica. Na Califórnia e no Texas são um terço. E a Casa Branca e os departamentos do Estado federal já traduzem para espanholas suas páginas oficiais na net. Por outro lado, a idade média das comunidades hispânicas é de 27,2 anos e as previsões de crescimento demográfico apontam para que, em 2050, os que falam espanhol

sejam um quarto da população do país mais rico do mundo.

EFEITOS DA “AFINIDADE CULTURAL”

Se os indicadores anunciam prosperidade para o idioma nos EUA, os seus divulgadores não descansam. E descobrem os ângulos mais inovadores. Assim, de acordo com Juan Carlos Jiménez, professor da Universidade de Alcalá, um estudo sobre os fluxos comerciais nos países do Mercosur (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) revelou que a afinidade cultural estimula o comércio em cerca de 150 por cento, enquanto a pertença a um bloco económico só contribui em 10 por cento para esse estímulo.

Para Carlos Jiménez a explicação é simples: uma língua comum estimula a criação de redes de contactos, reduz custos e amortece a distância psicológica entre os mercados.

Há exemplos. Nos anos 90, a Espanha tornou-se o principal investidor estrangeiro na América Latina. Apesar de ser uma região onde se fala espanhol, um mercado natural do espanhol e dos produtos culturais de Espanha, a procura do ensino aumentou. Onde? No Brasil.

Na divulgação do idioma, as empresas privadas (ver texto nesta página) vão de mãos dadas com a diplomacia e o Governo de Madrid. No ensino oficial

brasileiro, serão nove os milhões de estudantes do secundário que terão o espanhol como língua estrangeira, após um acordo entre os dois países.

Curiosamente, entre as recomendações dos congressistas reunidos em Novembro no Mosteiro de Yuso (ver caixa) está a divulgação do castelhano como língua de negócios. “Os elementos que contribuem para criar uma ‘marca país’ são as instituições, a monarquia e os cidadãos, mas a língua é o nosso maior activo”, diz Joaquin de la Infiesta, secretário geral do Instituto Cervantes.

EMPRESAS DE ESPANHA QUE DIVULGAM A LÍNGUA

Poderá, alguma vez, o espanhol substituir o inglês, o idioma oficial e internacional do mundo dos negócios? Não há essa pretensão. No entanto, as empresas de Espanha com filiais no estrangeiro incentivam a aprendizagem da língua pelos seus trabalhadores para diminuir custos e agilizar procedimentos. Apenas alguns exemplos: a siderúrgica Acerinox leva os seus funcionários norte-americanos da fábrica de Tennessee a formarem-se em Espanha ou Miami. Também a Soluziona, do sector de serviços, conseguiu que uma parte significativa dos seus trabalhadores na Eslováquia, Moldávia, Roménia e República Checa aprendam espanhol. A primeira instituição financeira de Espanha, o Santander, assinou em Setembro um acordo com a Universidade de São Paulo, o Instituto Cervantes e a Universia Brasil para a formação de 45 mil professores de espanhol no Brasil. A Inditex, uma das maiores empresas de Espanha e o mais importante grupo têxtil, com marcas como a Zara ou a Máximo Dutti, assinou em princípios do ano um acordo com o Instituto Cervantes para que os seus funcionários utilizem os centros deste organismo, em 56 cidades de 37 países, ou os seus centros associados para aprender espanhol. Por fim, a Repsol/YPF, a multinacional petrolífera de matriz espanhola, incentiva os seus empregados em Portugal e no Brasil a aprender espanhol com a oferta grátis de curso.

AS RECOMENDAÇÕES DO MOSTEIRO DE YUSO

- O espanhol deve ser institucionalizado como língua de uso comum dos representantes dos organismos dos países que o falam nas suas presenças em reuniões e entidades internacionais.
- O espanhol deve ser língua de trabalho nas empresas de Espanha com filiais no exterior.
- O espanhol deve ser promovido na net - é apenas utilizado em três por cento dos casos -, e deve ser criado um buscador de qualidade.
- Necessidade de um meio audiovisual em espanhol de referência informativa e de notícias a nível internacional.
- Deve ser potenciado o turismo linguístico e cultural.

SERÁ K A LGUAGEM DS TESTES TÁ A MUDAR?

Bárbara Wong | Jornal Público de 19/11/2006, Pág. 27

Os alunos são cada vez mais escravos do telemóvel. Não só do aparelho como do código que utilizam para enviar mensagens escritas. Timidamente, nos cadernos, nos trabalhos escolares e até nas provas começam a aparecer os “k” e os “x”. Não muito, porque contam como erros ortográficos e os estudantes são penalizados. Na Nova Zelândia já é permitido escrever assim nos exames do secundário. Prenúncio do futuro ou “um disparate”?

Marlene pousa os livros e o dossier no parapeito de uma das janelas que dão para o pátio interior da Escola Secundária de Gil Vicente, em Lisboa. Abre o dossier e começa a folhear rapidamente as folhas, muito limpinhas, com as lições organizadas, até que pára numa de rascunho, escrita a lápis. Aponta satisfeita: em vez de “cheia”, lê-se “xeia”.

“Krs ir ao cinema?”, “Goxt mt ti”, “Curti akela cena” são algumas das expressões que adolescentes e jovens escrevem furiosamente nos telemóveis e na Internet. Mas até que ponto essa linguagem é transposta para outras situações de escrita, como os cadernos diários, os trabalhos ou mesmo os exames nacionais? Será que a linguagem dos testes está a mudar? Será k a lguagem ds testes tá a mudar?

Já há pelo menos um país, a Nova Zelândia, que decidiu autorizar o uso destas abreviaturas nos exames do ensino secundário (ver caixa).

João Costa, presidente da Associação Portuguesa de Linguística, não hesita: a medida neozelandesa “é um absurdo”. “Esse é um código legítimo, mas que não deve ser adequado ao contexto formal de escrita”, afirma.

Em Portugal, dizem vários professores, os alunos do 12º ano ainda não caem na tentação de transpor para os exames essa linguagem, até porque podem perder pelo menos dois em 20 valores. Mais: por cada erro de sintaxe perdem dois pontos, um por cada erro ortográfico e 0,5 pelos de acentuação ou mau uso de letra maiúscula. Feitas as contas, “se em vez de 14 tiverem 12 valores, vão pensar duas vezes antes de usar abreviaturas”, garante uma professora correctora, de Lisboa.

Já os miúdos do 9º ano revelam ter menos cuidado, aponta Ana de Sousa, professora do ensino básico, em Odivelas, que já corrigiu exames nacionais. Também no exame de Português do 9º ano os alunos podem perder cerca de cinco por cento se cometerem erros.

Mas se nos exames não se revelam os “mt” para “muito”, o “td” para “tudo” ou o “k” para “que”, já nos

testes, nos trabalhos escritos e nos cadernos são mais comuns, confirmam alguns professores de Português, História e Geografia ouvidos pelo PÚBLICO.

CORRIGIR ANTES DE ENTREGAR

Bonita, de blusão branco curto e calças de ganga estreitas, Marlene Santos, 16 anos, aluna do 12º ano na Gil Vicente, em Lisboa, conta que às vezes não resiste às abreviaturas quando escreve mais rapidamente. “Uso os ‘x’, em vez dos ‘s’, ‘ç’ ou ‘ch’.” Já aconteceu nos testes. “Mas antes de entregar a prova volto sem-pre atrás e corrijo, porque tudo conta para nota.”

O “x” também aparece nos cadernos de Ricardo Oliveira, 16 anos e no 9º ano da mesma escola. “Estou habituado e quando é ditado a Português acabo por escrever ‘x’, mas depois uso o corrector”, explica. “Se se usarem abreviaturas nos testes, conta como um erro de ortografia e os professores descontam”, sabe Patrícia Lajas, de 15 anos, a no , que não usa sequer abreviaturas nas mensagens que manda por telemóvel.

“Há uma ou outra distracção. Como professora de Português, não ignoro e assinalo como se fosse um erro ortográfico; depois os alunos têm de corrigir entre cinco a dez vezes”, conta Ana de Sousa, que dá aulas na EB 2,3 António Gedeão, em Odivelas.



Na Gil Vicente, em Lisboa, duas professoras do secundário, uma de Português e outra de Geografia, dizem que “volta e meia” aparece uma ou outra abreviatura, mesmo em trabalhos escritos. “Os alunos são um pouco escravos do telemóvel. Às vezes, nos testes, aquilo sai-lhes, é espontâneo e nem dão conta. É um hábito já adquirido”, diz a docente de Geografia, que pede para não ser identificada.

Vera Santos, Sara Gonçalves e Paulo Proença, todos com 16 anos e no 11º ano da mesma escola, dizem não usar abreviaturas nos cadernos porque “os professores não querem”. “Às vezes acontece, principalmente nas aulas de Física, porque o professor fala muito depressa e não repete”, comenta Vera, provocando o riso dos amigos, que confirmam fazer o mesmo.

PRESERVAR A NORMA

Numa escola da Lourinhã, Pedro Damião lecciona Geografia no 3º ciclo e nunca deu “pelo problema”. “No ano passado, em nove turmas, apenas um aluno, que era viciado no SMS [Short Message Service] e no Messenger, usou uma expressão num teste. Imediatamente assinaléi.”

Essa é a função dos professores, defende o presidente da Associação Portuguesa de Linguística. “Ensinar a preservar a norma.” Os docentes devem ter um “sólido conhecimento da língua para poder contrariar esta escrita imediatista”, acrescenta. Quanto aos alunos, têm de perceber que “a tarefa da escrita é complexa, dá muito trabalho” e não se resume ao envio de mensagens.

João Costa, linguista e professor na Universidade Nova de Lisboa, não tem dúvidas de que os estudantes passam horas a ler e a escrever mensagens, mas essa é “uma leitura e escrita de baixa qualidade” - os docentes e os pais devem por isso “insistir muito para que escrevam no português correcto”, insiste.

Sentada no átrio de entrada principal da Gil Vicente, com um ar sério, Regina Silva, 14 anos, 9º ano, garante que não usa abreviaturas em nada do que escreve na escola. Para ela simplesmente não faz sentido utilizar a linguagem SMS nos cadernos porque ter uma caneta na mão é muito diferente de escrever no teclado do computador, onde se procura responder de imediato aos outros que estão em linha - explica por poucas palavras.

Este tipo de escrita codificada, que muitos pais e professores reconhecem não compreender, foi criada pelos mais jovens com o objectivo de poupar caracteres nas mensagens, para poupar tempo e dinheiro.

NOVA ZELÂNDIA LEGÍTIMA ABREVIATURAS NOS EXAMES DO SECUNDÁRIO

“2moro” para “tomorrow” ou “gr8” para “great” são duas das muitas abreviaturas usadas pelos estudantes neozelandeses. A *txt speak* - designação para o código usado na escrita em teclado, seja no telemóvel ou no computador - é como que uma segunda língua para centenas de milhares de adolescentes neozelandeses. Esta pode ser, adianta a imprensa do país, uma das justificações possíveis para a decisão do Governo de autorizar, já este ano lectivo, que os estudantes possam escrever assim nos exames no final do ensino secundário.

A New Zealand Qualification Authority (NZQA), o organismo responsável pelos exames, desencoraja por um lado os estudantes a usar *txt speak*, sobretudo a Inglês e nas outras línguas; mas por outro afirma que serão cotadas as respostas que sejam perceptíveis, mesmo que o estudante tenha recorrido a abreviaturas. O fundamental é que os professores correctores compreendam o que foi escrito. “Para os alunos, a prioridade é que escrevam da forma mais clara possível”, informou o porta-voz do organismo, Steve Rendle, citado pelo *The New Zealand Herald*.

Para o Partido Nacional, na oposição, a decisão é “ridícula”. “Em vez de exigir elevados padrões na sala de aula, o ministro da Educação e o NZQA estão a tentar parecer muito cool aos olhos dos alunos”, afirmou o porta-voz do partido, Bill English. A Associação de Professores Pós-Primários considera que a decisão reflecte um problema com que os docentes se confrontam diariamente na sala de aula e contra o qual lutam. Agora temem que possa tornar a linguagem SMS aceitável em todos os trabalhos e provas. Há escolas que já vieram a público dizer que vão insistir junto dos alunos para que continuem a escrever em inglês correcto.

TRÊS PERGUNTAS A JOVIANA BENEDITO

“A minha experiência é que os bons alunos - não se enganam”

Professora de Português do ensino secundário aposentada, Joviana Benedito é autora de alguns livros, entre os quais se incluem dois dicionários sobre a linguagem utilizada pelos mais jovens nos telemóveis e na Internet. Continua a ir às escolas, agora para falar sobre o tema.

Os estudantes têm tendência a transpor a linguagem abreviada para as actividades lectivas?

Há quem o faça, porque se engana. A minha experiência é que os bons alunos não se enganam. São também eles que fazem as melhores reduções [abreviaturas] da língua portuguesa para os SMS, porque conhecem bem o funcionamento da língua e os seus limites. Na escola também são eles que escrevem melhor, pela mesma razão. Entre os mais jovens, nunca se leu nem se escreveu tanto. O problema é que não é o conceito correcto de leitura e escrita.

O uso deste código pode prejudicar a aprendizagem dos alunos?

Se não conseguirem controlar o seu uso na escola, prejudica. E é motivo de preocupação para os professores, porque muitos não percebem o que eles escrevem. Os estudantes estão a escrever cada vez pior e é preciso que os docentes os impeçam e os corrijam porque a língua tem regras. A Internet é um espaço de liberdade onde eles escrevem como quiserem e fazem-no num código que só eles e os amigos percebem. Um problema que se pode pôr é que os jovens vão demorar mais anos

para estruturar o pensamento no que diz respeito a leituras mais seguidas ou a uma escrita mais correcta. Porque a linguagem SMS não vai evoluir para uma boa escrita. Essa é o português padrão que temos. É natural que a língua vá mudando, porque é um corpo vivo, mas não se desestrutura.

Concorda que em Portugal os alunos possam usar essa linguagem nos exames?

Não me escandalizaria que pudesse ser usado nalgumas disciplinas, mas não em exames de Língua Portuguesa ou de Literatura. Para isso, seria preciso formar correctores!

FICHA TÉCNICA

Título: Em dia com as línguas, N.º 56 (Julho / Dezembro 2006)

Organização: Luísa Solla (Departamento Línguas da Escola Superior de Educação | IPS)

Design Gráfico: Eduardo Hall (SIRE - Sector de Informação e Relações Exteriores)

Digitalização e tratamento de texto: Dina Chora (SIRE - Sector de Informação e Relações Exteriores)

Data: Janeiro 2007